



**CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA DEZESSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DEZESSEIS**

1 Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e
2 cinquenta minutos, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão
3 Ordinária, na sala do Conselho Universitário, sob a presidência da Professora Leila
4 Rodrigues da Silva. Estavam presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-
5 Graduação da PR-2, Professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, a
6 Superintendente Administrativa da PR-2, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros
7 Docentes, representantes dos Centros Universitários, Gregório Malajovich Munoz
8 (CCMN), Josefino Cabral Melo Lima (CCMN), Marcelo Byrro Ribeiro (CCMN), Aloysio
9 Moraes Rego Fagerlande (CLA), Doris Clara Kosminsky (CLA), Rachel Coutinho M. da
10 Silva (CLA), Beatriz Becker (CFCH), Hebe Signorini Gonçalves (CFCH), Mariane Campelo
11 Koslinski (CFCH), Mônica Pereira dos Santos (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas
12 (CCJE), Marcelo Alvaro de Macedo (CCJE), Heitor Siffert Pereira de Souza (CCS),
13 Emerson Oliveira da Silva (CT), José Luis Lopes da Silveira (CT), Marcello Luiz R. de
14 Campos (CT), os Conselheiros Docente representantes do Fórum de Ciência e Cultura,
15 Lygia Dolores Fernandes e Marcela Laura Monné, o representante do Campus MACAÉ
16 Edison Luis Santana Carvalho, os representantes dos Técnicos-Administrativos Sidney
17 de Castro Oliveira e Márcia de Oliveira Cardoso e os representante Discentes Antonio
18 Leon, Kleber Neves e Mariáh Martins. Registrou-se a ausência justificada dos
19 Conselheiros: Antonio Carlos de Souza Lima (FCC), Irene Biasoli (CCS), Maria Alice
20 Zarur Coelho (CT), Orlando Alves dos Santos Jr. (CCJE), Paula Chimenti (CCJE) e
21 Ricardo Augusto de Melo Reis (CCS). A Pró-Reitora e Presidente do CEPG, Professora
22 Leila Rodrigues da Silva, deu início à Sessão pela apreciação da ata do dia 02 de
23 dezembro de 2016. Colocada em votação, a referida ata foi aprovada por unanimidade.
24 Passou-se ao **Expediente. 1)** O primeiro informe da Presidente tratou da cerimônia de
25 premiação da Semana de Integração Acadêmica, realizada no auditório Roxinho, no dia
26 14 de dezembro de 2016. De acordo com a Presidente, foi uma cerimônia muito bonita,
27 que lotou o auditório Roxinho. Segundo a Presidente, ainda que a premiação não seja o
28 objetivo fundamental da atividade, é um momento de celebração, pois se trata do
29 reconhecimento da qualidade dos trabalhos apresentados. Acrescentou que foram
30 premiados trabalhos de pesquisa e extensão. **2)** A Professora Leila informou que em
31 relação à avaliação dos cursos novos feita pela CAPES, dos 7 que foram submetidos
32 pela UFRJ em 2016, apenas 2 foram aprovados. Explicou que o Interdisciplinar de Física
33 Aplicada já foi avaliado e encontra-se em diligência. De acordo com a Professora Leila,
34 o grupo proponente já produziu uma resposta e estamos na expectativa de aprovação
35 da CAPES. De acordo com a Professora Leila, os cursos de Meteorologia; Ciências da

36 Saúde; Enfermagem e o cuidar em Saúde; Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento não
37 foram recomendados. A Professora Leila lembrou do compromisso coletivo de tratar do
38 tema da submissão dos novos cursos, ressaltando que as Câmaras pertinentes irão
39 elaborar cronogramas de trabalho e estratégias para analisar as próximas submissões.
40 **3)** A Professora Lygia Dolores Fernandes informou que há meses alguns processos de
41 progressão sem titulação estão aguardando um parecer da Procuradoria. Ainda de
42 acordo com a Presidente da CCPD, a Procuradoria tem 60 dias para emissão de um
43 parecer e como os referidos processos encontram-se há 57 dias neste setor, não
44 acredita na possibilidade da emissão de um parecer sobre a matéria ainda esse ano.
45 Realçou que a questão é muito importante para todos os envolvidos e que não há como
46 a Câmara deliberar ou analisar todos os processos, tendo em vista que não existe
47 orientação da Procuradoria. A Professora Leila ressaltou que o encaminhamento da
48 CCDP está correto, e comunicou que já iniciou um processo de debate sobre a questão
49 com a própria Câmara. Esclareceu que na primeira reunião chamou a atenção para a
50 necessidade de um balizamento jurídico para as decisões, por isto é preciso um parecer
51 da Procuradoria. Destacou que o Gabinete do Reitor estava se mobilizando para finalizar
52 o referido parecer ainda no dia 16 de dezembro. **4)** O Professor Heitor Siffert Pereira de
53 Souza expôs uma preocupação com relação aos cursos lato sensu da Residência
54 Médica. De acordo com o referido Conselheiro, recentemente, um dos sub
55 coordenadores, na análise de um dos processos, foi identificado como insuficientemente
56 titulado à luz do regulamento da UFRJ. Destacou que o curso lato sensu em Residência
57 Médica deveria ter uma exceção à regra, tendo em vista que não faz sentido a
58 obrigação do coordenador deste tipo de curso ter mestrado ou doutorado, pois se trata
59 de um treinamento em serviço hospitalar. A Professora Leila esclareceu que
60 acompanhou a questão e que a Assessora da CAAC também está atenta ao tema e
61 tentando, na medida do possível, adequar a normativa à realidade das residências
62 médicas. Passou-se à **Ordem do Dia – Relatório de Atividades e Recomendações – GT**
63 **Ações Afirmativas – Professora Mônica Pereira dos Santos.** A Presidente esclareceu que
64 a Professora Mônica, Presidente do GT Ações Afirmativas, apresentou há algumas
65 sessões uma síntese do que o GT tinha realizado até então, momento em que foi
66 solicitado o fechamento do trabalho até a última sessão de 2016, para que o CEPG
67 pudesse abordar a questão de forma mais objetiva. De acordo com a Professora Leila,
68 já foi avaliado que os editais para o próximo ano não poderiam considerar as
69 recomendações feitas pelo GT e pelo CEPG, tendo em vista os prazos, mas que era
70 necessário ter uma recomendação aprovada ainda no começo do próximo ano. A
71 Professora Mônica apresentou as conclusões e recomendações elaboradas pelo GT
72 Ações Afirmativas, previamente enviadas para todos os Conselheiros. As conclusões e
73 recomendações do GT foram: criação de uma política institucional de Ações Afirmativas
74 na Reitoria; formação de uma Divisão articulando as diversas instâncias da UFRJ, para
75 garantir, com qualidade e equidade, a permanência dos alunos cotistas; previsão, além
76 das próprias cotas para ingresso na Pós-graduação, dos demais aspectos relacionados à
77 permanência dos alunos (financeiros, afetivos, cognitivos, etc.); instituição de
78 programas de formação sobre as questões étnicas, de gênero, de diversidade sexual,

79 geracionais, prisionais, capacidades cognitivas e sociais, de saúde mental, etc. em todos
80 os cursos e treinamentos profissionais da UFRJ; a não ampliação de vagas para
81 contemplar as cotas, salvo se houver disponibilidade real; adoção do percentual de
82 30% para as cotas; utilização da auto declaração como critério nos editais; duração da
83 política pelo tempo mínimo de 20 anos; incentivo para os PPGs considerarem formas de
84 distribuição de bolsas de acordo com os princípios de ação afirmativa, incorporando
85 aspectos sociais, de renda e origem geográfica; avaliação periódica do grau de
86 equidade na adoção da ampla concorrência conforme a especificidade da população
87 alvo, e estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação da política. A
88 Presidente do Conselho explicou que o GT reuniu um conjunto de dados e informações
89 que certamente serão muito úteis para que se possa avaliar a pertinência de adoção de
90 ações afirmativas nas mais variadas situações. A Professora Doris Clara Kosminsky
91 parabenizou o grupo, registrando que o relatório do GT está bem formulado e claro,
92 porém questionou a sugestão do percentual de no mínimo 30% de vagas destinadas às
93 ações afirmativas. A Professora Beatriz Becker acrescentou que, por se tratar de uma
94 recomendação, acredita que o mínimo de 30% pode ferir a autonomia de cada
95 programa e destacou que a recomendação pode ser feita, mas não de maneira taxativa.
96 O Professor Gregório Malajovich Munoz sublinhou a diversidade dos Programas de Pós-
97 graduação da UFRJ, que incluem desde mestrados profissionais a programas de
98 excelência em pesquisa, e acrescentou que as experiências citadas parecem focar em
99 programas nos quais a concorrência internacional não é um fator prevalente. Para o
100 Professor Gregório, a seleção de alunos por cotas pode ser viável em programas com
101 saída profissional e inviável em programas científicos. Ainda de acordo com o Professor
102 Gregório, o diagnóstico de quais grupos são sub representados varia por área do
103 conhecimento, bem como os fatores impeditivos. Na visão do Professor Gregório, a Pós-
104 graduação já recebe hoje alunos oriundos de classes populares. Outro ponto a realçar,
105 para o referido Conselheiro, são as condições de trabalho e estudo excludentes nos
106 *Campi da UFRJ*, tendo em vista as dificuldades de acesso e locomoção, bibliotecas
107 fechadas por greve política, falta de salas de estudo, manutenção deficiente, ausência
108 de alojamento para pós-graduandos, sublinhando que este Colegiado deve defender de
109 maneira mais veemente a criação de um alojamento para pós-graduandos. Ressaltou
110 que se trata de um problema de caráter geral que precisa ser resolvido para que
111 políticas de inclusão possam funcionar de maneira efetiva. O Professor Gregório
112 defendeu que cada programa deva selecionar seus alunos da maneira que julgar mais
113 adaptada à sua área de conhecimento, à demanda pelo curso e ao mercado de
114 trabalho, com acompanhamento posterior de resultados. O Professor Marcello Luiz R.
115 de Campos informou que levou à direção da COPPE as recomendações do relatório
116 preliminar que havia sido apresentado anteriormente ao CEPG e que tem uma visão
117 bastante positiva em relação às ações afirmativas, porém considera fundamental
118 também reconhecer as diferenças entre os cursos e as demandas específicas. O
119 Professor Marcello ainda comunicou que o Diretor da COPPE, Professor Edson Hirokazu
120 Watanabe, sugeriu que o GT possa enviar o material produzido ao Centro de
121 Tecnologia, fazer uma apresentação na unidade para trazer esclarecimentos sobre o

122 tema e recolher sugestões. Acrescentou que o relatório preliminar chegou ao
123 conhecimento da Presidente da CPGP e do Conselho de Coordenadores e recomendou-
124 se o envio para os colegiados. A Professora Hebe Signorini Gonçalves destacou que o
125 GT fez um trabalho de compilação muito rico. Falou em nome do Programa de Pós-
126 graduação em Psicologia, que deliberou, no dia 14 de dezembro de 2016, pela inclusão
127 das cotas no próximo edital, que será lançado em 2017 para a seleção em 2018.
128 Solicitou, a pedido da Coordenadora do Programa, que o GT se reúna com o colegiado
129 para esclarecer e ajudar a definir critérios para o próximo edital. Ressaltou que a
130 avaliação sobre o impacto das cotas ainda é muito inicial. Destacou que deve ser
131 enfatizado no relatório e nas demandas da PR2 a dificuldade de permanência do
132 cotista, tema diretamente relacionada ao problema que levou a incorporá-lo, sobretudo
133 no que diz respeito às questões socioeconômicas. Realçou que é preciso evitar o
134 problema de quem se auto declara candidato a uma das cotas, por enxergar algum
135 benefício, mas que nem sempre é devido. O Professor José Luis Lopes da Silveira
136 parabenizou o trabalho e declarou-se a favor da implantação das cotas. Relatou que
137 acompanhou a chegada de alunos afrodescendentes na graduação com satisfação. Em
138 sua avaliação, este fato não significou queda da qualidade dos alunos. Propôs que as
139 sugestões e as recomendações fossem incluídas ao final do relatório separadamente.
140 Questionou a recomendação do GT de uma revisão curricular, pois para quem é das
141 Ciências Exatas, instituir programas de formação sobre questões étnicas, de gênero, de
142 diversidade, sexual, geracional, prisional, social, de capacidade cognitiva, etc. torna-se
143 muito complexo. Assim, sugeriu que esse tipo de recomendação deva ser suprimida.
144 Recomendou também que haja a integração com a graduação e a criação de uma
145 comissão de verificação, caso seja adotado o método de auto declaração. Também
146 questionou o tempo de duração da política afirmativa e acrescentou que discorda do
147 percentual mínimo de cotas proposto. A Professora Leila informou que a SUPEREST,
148 Superintendência com categoria de Pró-Reitoria, trata dos temas relacionados ao acesso
149 e à permanência. Ressaltou que as dificuldades neste campo na UFRJ são estruturais.
150 Informou que no último CONSUNI foi discutido o orçamento para 2017 e destacado
151 sobre a necessidade de pensar o quanto custa, efetivamente, a UFRJ. Acrescentou que
152 reconhece que a produção do conhecimento compreende uma grande diversidade de
153 formas, que não deve ser desconsiderada pelo conselho superior de pós-graduação.
154 Ressaltou que é preciso posicionar-se imediatamente em relação à adoção de ações
155 afirmativas, mas respeitando as especificidades de cada programa. Acrescentou que o
156 GT trouxe a este Conselho reflexões e recomendações que poderão ser repassadas para
157 os programas. A Professora Rachel Coutinho M. da Silva, que também compôs o GT,
158 esclareceu que o tema "ação afirmativa" é profundamente desconhecido no âmbito da
159 maior parte dos PPGs. Acrescentou que o GT teve como objetivo pensar sobre uma
160 política de ações afirmativas e não impô-la aos programas. A Professora Mônica afirmou
161 que o GT nunca teve a atribuição de construir a política em si, mas fazer um
162 levantamento de dados. Informou que não foi possível percorrer os programas, pois
163 para tal tarefa seria necessário mais tempo e um maior número de pessoas envolvidas.
164 Ressaltou se tratar de um relatório modesto, pois tem dois objetivos muito simples,

165 entretanto, ao mesmo tempo, profundos. O primeiro é fomentar a discussão e o
166 segundo, propor recomendações, tão somente ao CEPG. Com relação aos 20 anos de
167 duração para a política, a Professora Mônica esclareceu se tratar de uma data de
168 término provisória, tendo em vista ser uma maneira de forçar o acompanhamento da
169 política e a identificação do que deu certo. Quanto ao aumento de vagas, a Presidente
170 do GT recomendou que não fosse feito, pois quando se cria uma vaga extra mascara-se
171 a ação afirmativa. O Professor Fábio Neves Perácio de Freitas questionou se o papel do
172 GT foi dar início a uma discussão no Conselho e na UFRJ sobre o tema das ações
173 afirmativas. Sugeriu que houvesse uma etapa de interação com os programas para que
174 o CEPG pudesse ter um retorno para se pronunciar sobre a questão. A Professora
175 Beatriz apontou que o debate deve ser ampliado e acrescentou que este Conselho pode
176 formalizar o apoio às ações afirmativas e, ao mesmo tempo, solicitar que as
177 coordenações e os Centros pautem essa temática e enviem à PR-2 contribuições. O
178 Professor Aloysio Moraes Rego Fagerlande declarou concordância com o
179 encaminhamento de um posicionamento deste Conselho favorável às ações afirmativas
180 na UFRJ e informou que comparando os dois programas de pós-graduação da Escola de
181 Música, no Profissional, já na sua primeira turma, mesmo sem cotas, 29,8% dos alunos
182 se declararam negros ou pardos, e no Acadêmico a estimativa é de que esta declaração
183 não chegue a 10%, o que revela a necessidade de tais ações. A Professora Leila
184 recomendou que houvesse um posicionamento do Conselho sobre o tema. Sublinhou
185 que o GT fez o debate e identificou as questões e os temas com os quais o CEPG
186 necessita lidar. Destacou que, no momento, o mais importante seria apresentar uma
187 sinalização de caráter mais geral para uma política de ações afirmativas. Neste sentido,
188 sugeriu que seria pertinente estabelecer uma hierarquia para a distribuição de recursos
189 para os programas, tendo em vista a adoção ou não das ações afirmativas. Destacou
190 que no momento não existem condições estruturais adequadas na UFRJ, porém esse
191 não pode ser um fator impeditivo para a adoção de ações afirmativas. O Professor José
192 Luis solicitou separar o que é aporte de recurso e o que é uma filosofia de ação
193 afirmativa. A Professora Leila esclareceu a sua sugestão, ressaltando que sendo esse
194 Conselho favorável a uma política de ações afirmativas, a PR-2 terá respaldo para
195 considerar a sua adoção como um critério no momento de estabelecer a alocação de
196 recursos. Após discussão, a Presidente do CEPG apresentou a seguinte proposição: que
197 o Conselho é favorável à adoção de ações afirmativas na pós-graduação, reconhecendo
198 a necessidade de dar continuidade ao debate, e que a PR-2 acompanhará os programas
199 de pós-graduação comprometidos com as políticas de ações afirmativas, buscando,
200 sempre que possível, favorecê-los em circunstâncias que envolvam recursos materiais a
201 serem aplicados no aprimoramento das suas condições gerais e especificamente de tais
202 ações. Colocada em votação, a proposição foi aprovada com uma abstenção. Como não
203 houve relato de processos, a Professora Leila Rodrigues da Silva deu por encerrada a
204 sessão às doze horas e dez minutos. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus,
205 Secretário do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da
206 sessão, Professora Leila Rodrigues da Silva, e por mim.

208 Denilson Santos de Jesus
209 Secretário

Professora Leila Rodrigues da Silva
Presidente do CEPG